

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
VIGÊNCIA 2022 - 2025**

**Prefeitura de Realeza – Estado do Paraná**



**Secretaria Municipal de Assistência Social**



**Conselho Municipal de Assistência Social**



**Centro de Referência da Assistência Social**



**MUNICÍPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ**

# PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2022 - 2025

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1. Dados da Prefeitura Municipal:

Município: Realeza – PR

Porte Populacional: Porte I

Nome do Prefeito: Paulo Cezar Casaril

Mandato do Prefeito: Início 01/01/2021 Término: 31/12/2024

Endereço da Prefeitura: Rua Barão do Rio Branco, 3507 - CEP: 85770-000

Telefone: (46) 3543-1122

E-mail: gabinete@realeza.pr.gov.br

Site: [www.realeza.pr.gov.br](http://www.realeza.pr.gov.br)

### 1.2. Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável: Zaneti de Carli Marcante

Ato de nomeação do (a) gestor (a): Portaria Nº 5.945/21

Data nomeação: 05/01/2021.

Endereço órgão gestor: Rua Barão do Rio Branco, 3507 - CEP: 85770-000

Telefone: (46) 3543-1122 Ramal: 211

E-mail: [assistenciasocial@realeza.pr.gov.br](mailto:assistenciasocial@realeza.pr.gov.br)

### 1.3. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Número da Lei de Criação: 686/95 Data criação: 06/09/1995

Número do Decreto que regulamenta o Fundo: 1.265/96 Data: 13/02/1996

CNPJ: 16.850.381/0001-38

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

#### 1.4. Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Número da Lei de Criação: 686/95 Data criação: 06/09/1995

Endereço CMAS: Rua Barão do Rio Branco, 3507 CEP: 85770-00

Telefone: (46) 3543-1122 E-mail: [assistenciasocial@realeza.pr.gov.br](mailto:assistenciasocial@realeza.pr.gov.br)

Nome do Presidente: Eliane Maria Baroni Rodrigues Souza

Nome do secretário (a): Cleonice Regina Vardanega Perico.

Número total de membros: 22

#### 1.5. Composição do Conselho Municipal de Assistência Social com início de mandato em 20/09/2021 e término de mandato em 20/09/2023.

<b>GOVERNAMENTAL</b>		
<b>Nome do(a) Conselheiro (a)</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Titularidade</b>
Zaneti de Carli Marcante	SMAS	Titular
Taline de Campos	CRAS	Titular
Juciane Fornal	Saúde	Titular
Rejane Grzebieluckas	Educação	Titular
Eliane Maria Baroni	Agência do Trabalhador	Titular
<b>NÃO GOVERNAMENTAL</b>		
<b>Nome do(a) Conselheiro (a)</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Titularidade</b>
Sonia Maciel de Souza da Silva	APAE	Titular
Carme Consoladora Cerutti	Pastoral da Criança	Titular
Carmem Daiane Basso	Representante da Área	Titular
Luciana Ribas de Oliveira Balheiros	Usuário	Titular
Virginia Agustini	Pastoral da Pessoa Idosa	Titular

#### 1.6. Responsáveis pela elaboração:

<b>Nome</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Função / Cargo</b>	<b>Representação</b>
Zaneti de Carli Marcante	Ensino Superior	Secretária de Assistência Social	Órgão Gestor
Cleonice Regina Vardanega Perico	Ensino Superior	Auxiliar de Secretaria	Órgão Gestor
Carmem Daiane Basso	Ensino Superior	Assistente Social	Órgão Gestor
Ana Sílvia Scandolara	Ensino Superior	Psicólogo	Órgão Gestor
Taline de Campos	Ensino Superior	Assistente Social	CRAS
Emerson Aparecido Sgarbossa	Ensino Superior	Psicólogo	CRAS



## **2 – APRESENTAÇÃO**

### **2.1 - INTRODUÇÃO AO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Plano Municipal de Assistência Social - PMAS 2022-2025 é um instrumento de planejamento e gestão da Política Municipal de Assistência Social.

A estrutura deste plano comporta em especial dados gerais do município, caracterização da rede de assistência, os objetivos gerais e específicos; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações estratégicas correspondentes para sua implementação; as metas estabelecidas; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; o monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução para um período de quatro anos, compreendidos entre o segundo ano do mandato atual e o primeiro ano do mandato subsequente. O PMAS é uma importante ferramenta de gestão que vem organizar e consolidar a execução das legislações contidas no Sistema Único de Assistência Social -SUAS, no Plano Plurianual – PPA e no Plano Diretor Municipal - PDM.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo (PNAS/04:119).

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS tem por finalidade coordenar a definição, a implementação das políticas sociais no Município de forma integrada e intersetorial. Tem ainda como atribuições a organização da rede de atendimento público e privado de assistência social, execução de programas, projetos, benefícios e serviços, captação de recursos financeiros, proposição dos recursos humanos necessários e apoio a participação popular e controle social. Competem ainda à mesma as ações político-administrativas com relação às esferas: Municipal, Estadual e Federal; o apoio às atividades relacionadas a ações



comunitárias; atuação na orientação e recuperação social e integrar-se aos projetos sociais de outras políticas públicas, que visem o desenvolvimento e o atendimento à população usuária. Portanto, o PMAS 2022/2025 é um instrumento de materialização da Política de Assistência Social a partir da definição de diretrizes, objetivos, ações e metas para o período, dentro de uma ótica de planejamento a curto, médio e longo prazo, que traga visibilidade e compreensão da realidade física, humana, técnica e financeira da Assistência Social no Município de Realeza-Pr. O processo foi realizado através de reuniões, oficinas temáticas, avaliação *in loco*, pesquisa documental juntamente com as secretarias afins, revisão do plano 2022 - 2025 junto a cada unidade, envolvendo todos os atores da política, sendo eles: Gestor, Técnicos, Conselheiros e demais trabalhadores do SUAS e usuários. Foram parceiros neste processo as entidades socioassistenciais públicas e privadas como forma de garantir a democratização de informações e construção de propostas que atendam os anseios da população usuária. Além disso, foi utilizadas pesquisas no Sistema de Avaliação e Gestão –SAGI da Informação, fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas–IBGE entre outros.

## **2.2 - ASPECTOS LEGAIS E TÉCNICOS DO PLANO**

Na Constituição de 1988, a Constituição “Cidadã”, a Assistência Social é elevada ao status de política pública, compondo o “Tripé da Seguridade Social”, juntamente com Saúde e Previdência Social. Todavia, ainda que na Constituição estivessem previstos direitos sociais e socioassistenciais, estes ainda careciam de regulamentação e ordenamento.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, promulgada em 1993, vem regulamentar a Assistência Social enquanto política pública, estabelecendo normas e critérios para sua organização. A LOAS “[...] estabelece um novo desenho institucional, com comando único, conselhos paritários de gestão e fundos financeiros em cada instância de governo, colocando os Planos de Assistência Social – PAS como instrumentos impulsionadores de novas e planejadas práticas interventivas”. (Capacita Suas vol. 3, p. 6).

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 18 de dezembro de 2012, em

seu Capítulo III, art. 18, define os Planos de Assistência Social como “[...] instrumentos de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS”.(NOB/SUAS, 2012).

Além de instrumento de planejamento importante para a Política de Assistência Social, a existência de PMAS passa a ser condição para o repasse de recursos aos municípios, propõe-se a estabelecer uma nova cultura de planejamento para a Política Municipal de Assistência Social e para todos que a compõem.

### **3. REALEZA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA.**

Em 20 de setembro de 1960, os pioneiros davam o nome de batismo do lugar: Realeza do Pinho, devido à abundância da espécie *Araucária angustifolia*.

A ocupação deu-se em função do extrativismo da madeira, e a fundação da cidade acelerou-se após a instalação da Indústria Cazaca Ltda., as planas e férteis terras de latossolos, a localização e as novas estradas abertas em pleno sertão, uma pequena usina hidrelétrica de 150 KWA, o plano piloto da cidade e as condições facilitadas para aquisição do terreno e da madeira para a construção, tudo isso foi fator de atração e centenas de famílias chegavam todos os dias. Realeza surgiu como uma “cidade relâmpago” e a exemplo de Brasília, desde a sua fundação, foi uma cidade planejada, com ruas projetadas com linhas simétricas, quadras com as mesmas dimensões, um traçado regular, exato e uniforme.

Devido a extração da madeira e o desenvolvimento acelerado, o município cresceu consideravelmente e instantaneamente, muitos populares diziam que “Realeza é feito Brasília: Uma cidade relâmpago”. No dia 24 de junho de 1963, criado através da lei estadual 4.728, fundava-se o Município de Realeza, no dia 12 de novembro do mesmo ano, aconteceu a instalação do município, e desmembrado do município de Ampére.





A Comissão de Emancipação obteve vitória com a promulgação da Lei estadual 4.728 de 24 de junho de 1.963, que criou o município de Realeza, cuja instalação deu-se na data de 12 de novembro de 1.963 com a posse do primeiro Prefeito e da Câmara Municipal.

Atualmente, Realeza desponta o cenário nacional, sendo destaque nas diversas áreas, como educação, saúde e assistência social. Conta com recentes fatos, que se tornaram históricos, como a conquista da Universidade Federal da Fronteira Sul, Centro de Pesquisa da Embrapa, Centro de Eventos, Lago Municipal, entre outros. Também se destaca por estar em um ponto estratégico da região Sudoeste. E pelo seu povo que vive com muita satisfação e qualidade de vida.





As manifestações culturais, a agropecuária, a indústria, comércio e serviços, dotada de excelente rede rodoviária e sistema de comunicação, Realeza tem Aeroporto, Área Industrial com infra-estrutura e localização privilegiadas, além do Centro de Ensino Superior, com cursos de Administração e Informática e também a UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

## **4. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E GEOGRÁFICA**

### **4.1. Histórico**

Desmembrado de Ampére e elevado à categoria de Distrito pela Lei nº 17 de 05/03/1962 e em nível de Município pela Lei nº 4.728 de 24/06/1963, instalado em 12/11/1963.

Data de Comemoração: 12 de novembro.

\*Fonte: Iparides

#### 4.2. Posição Geográfica do Município

Altitude: 480m

Latitude: 25 graus 46 minutos 08 segundos Sul

Longitude: 53 graus 31 minutos 57 segundos W-GR

\*Fonte: IBGE

#### 4.3. Extensão Geográfica

Área Terrestre: 356,137 km<sup>2</sup>

\*Fonte: SEMA

#### 4.4. Distância à Capital da Sede Municipal

Realeza/Curitiba: 566,00 km

\*Fonte: SETR

#### 5. POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO – 2010

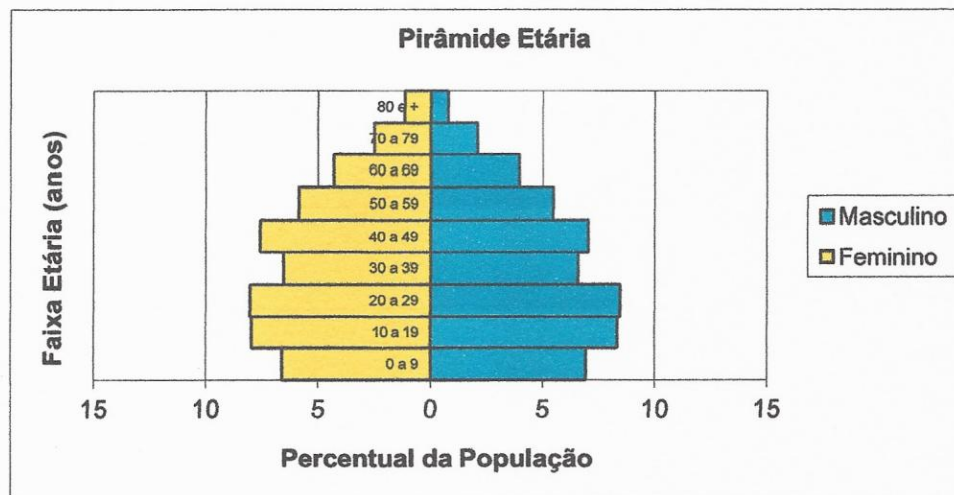
Faixa Etária	Masculina	Feminina	Total
Menores de 1 ano	105	104	209
De 1	105	92	197
De 2	104	114	218
De 3	94	98	192
De 4	102	114	216
<b>De 1 a 4</b>	<b>405</b>	<b>418</b>	<b>823</b>
De 5	103	117	220
De 6	114	107	221
De 7	111	110	221
De 8	99	112	211
De 9	121	113	234
<b>De 5 a 9</b>	<b>548</b>	<b>559</b>	<b>1.107</b>
De 10	157	133	260
De 11	120	134	254
De 12	127	127	254
De 13	150	148	298
De 14	173	146	319
<b>De 10 a 14</b>	<b>697</b>	<b>688</b>	<b>1.385</b>
De 15	161	168	329
De 16	156	138	294
De 17	161	161	322
De 18	163	137	300



De 19	153	165	318
<b>De 15 a 19</b>	<b>794</b>	<b>769</b>	<b>1.563</b>
De 20 a 24	658	682	1.340
De 25 a 29	639	630	1.269
De 30 a 34	574	555	1.129
De 35 a 39	543	590	1.133
De 40 a 44	610	596	1.206
De 45 a 49	549	632	1.181
De 50 a 54	462	499	961
De 55 a 59	398	435	833
De 60 a 64	335	361	696
De 65 a 69	261	275	536
De 70 a 74	205	246	451
De 75 a 79	125	138	263
De 80 anos e mais	96	157	253
<b>Total</b>	<b>8.004</b>	<b>8.334</b>	<b>16.338</b>

FONTE: IPARDE junho de 2018

### 5.1. Pirâmide Etária



### 5.2. População Censitária Segundo Tipo de Domicílio e Sexo – 2010

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Urbano	5.684	6.112	11.796
Rural	2.320	2.222	4.542
<b>TOTAL</b>	<b>8.004</b>	<b>8.334</b>	<b>16.338</b>

Fonte: Caderno Estatístico do Município de Realeza. IPARDES – Junho/2018



## 6. EDUCAÇÃO – MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2021

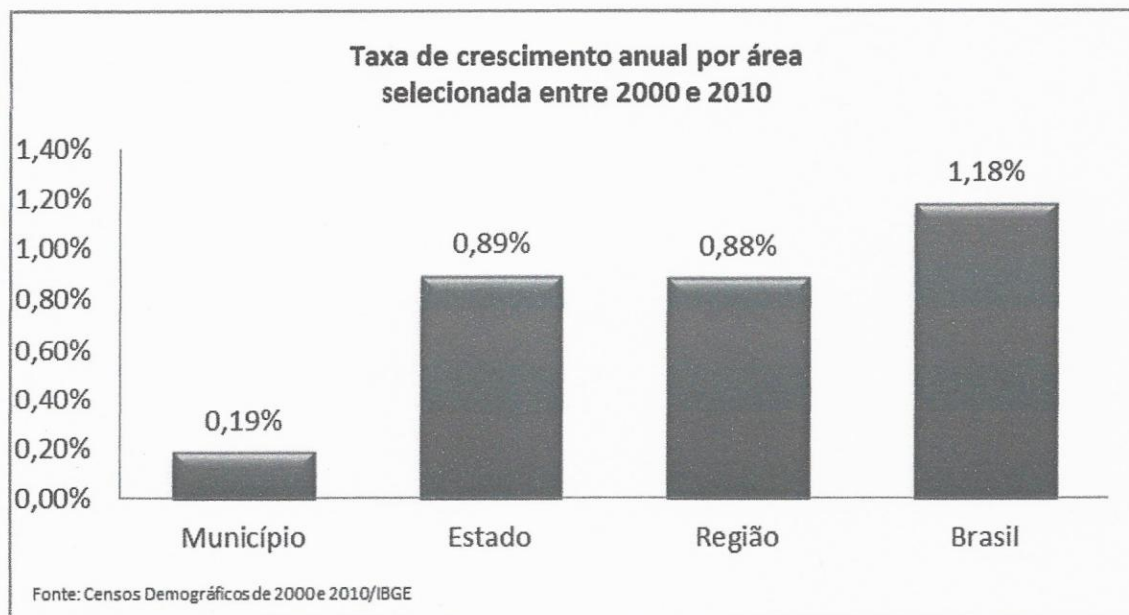
Matrículas	Creche	Pré-Escolar	Fundamental	Médio	Profissional
Federal	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	980	680	94
Municipal	367	397	989	-	-
Particular	132	48	253	41	-
TOTAL	499	445	2.222	721	94

\*Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REALEZA PR - MATRÍCULAS ANO 2021

Obs: Alunos de classe especial:1 (APAE), não incluídos no dado acima.

## 7. DEMOGRAFIA

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,19% ao ano, passando de 16.031 para 16.338 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano, e inferior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.

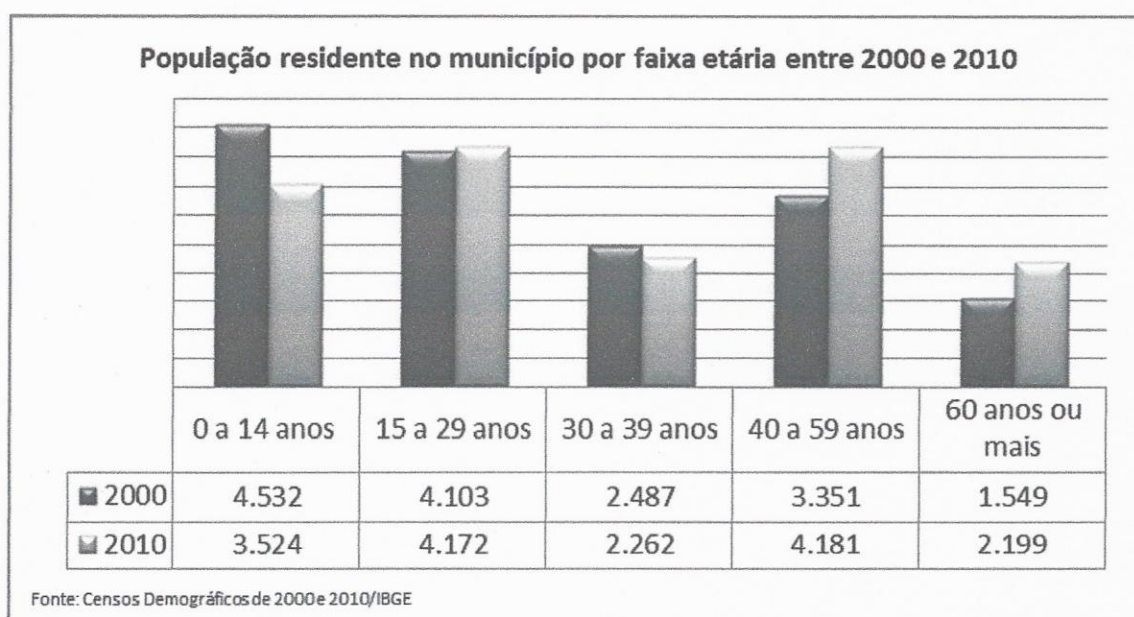


A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 62,05% e em 2010 passou a representar 72,2% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais,

cresceu 3,6% em média. Em 2000, este grupo representava 9,7% da população, já em 2010 detinha 13,5% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-2,5% ao ano). Crianças e jovens detinham 28,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 4.532 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 21,6% da população, totalizando 3.524 habitantes.

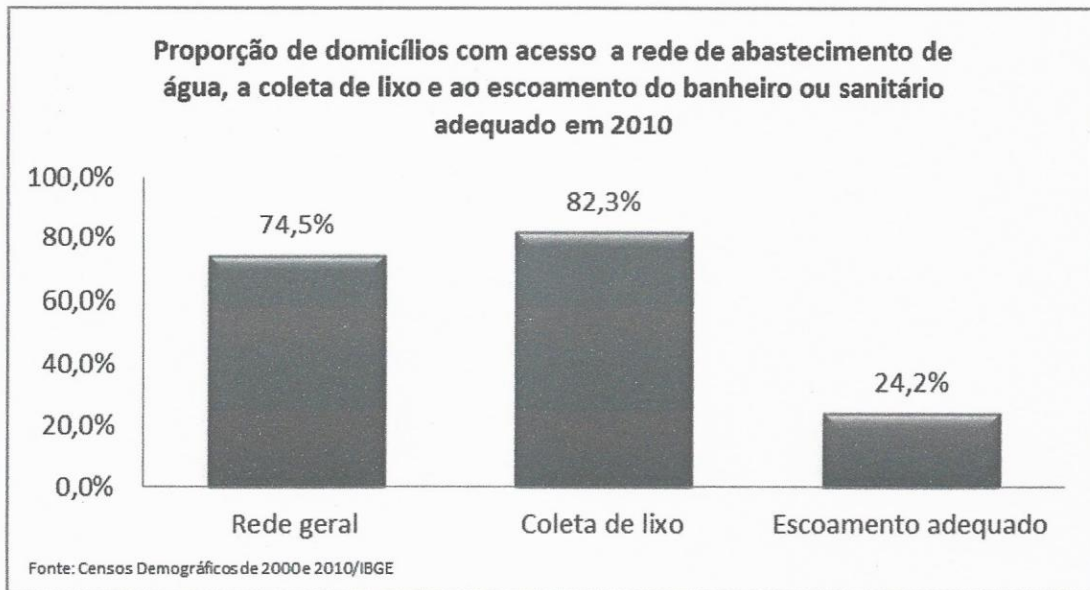


A população residente no município na faixa de 15 a 39 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,66% ao ano), passando de 9.941 habitantes em 2000 para 10.615 em 2010. Em 2010, este grupo representava 65,0% da população do município.

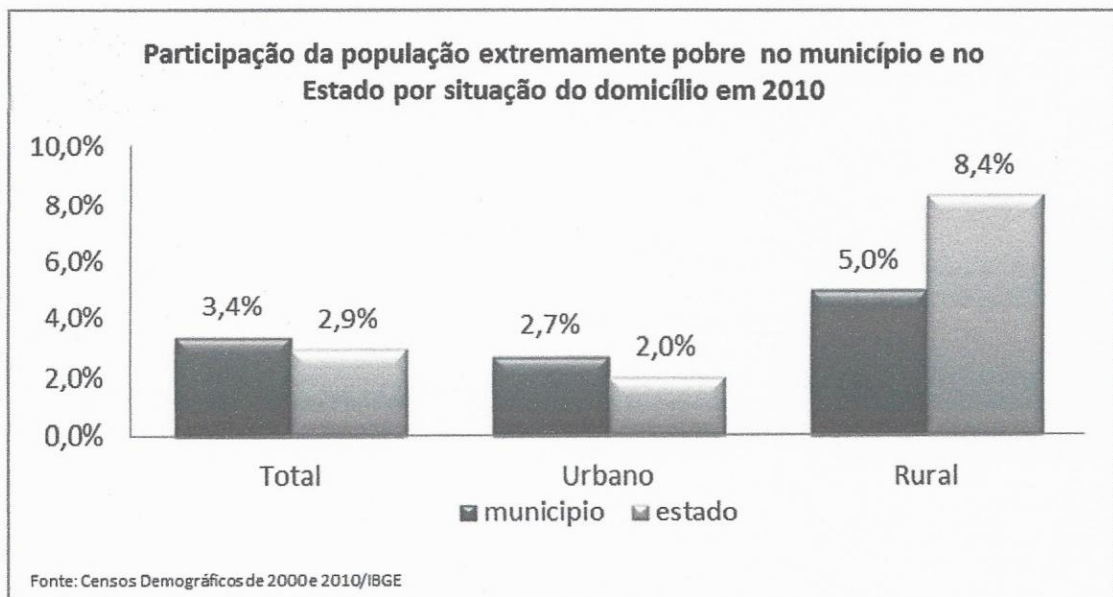
## 8. PERFIL SOCIAL

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 82,3% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de

água o acesso estava em 74,5% dos domicílios particulares permanentes e 24%,2% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.



Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 3,4% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior área rural (5,0% da população na extrema pobreza na área rural contra 2,7% na área urbana).



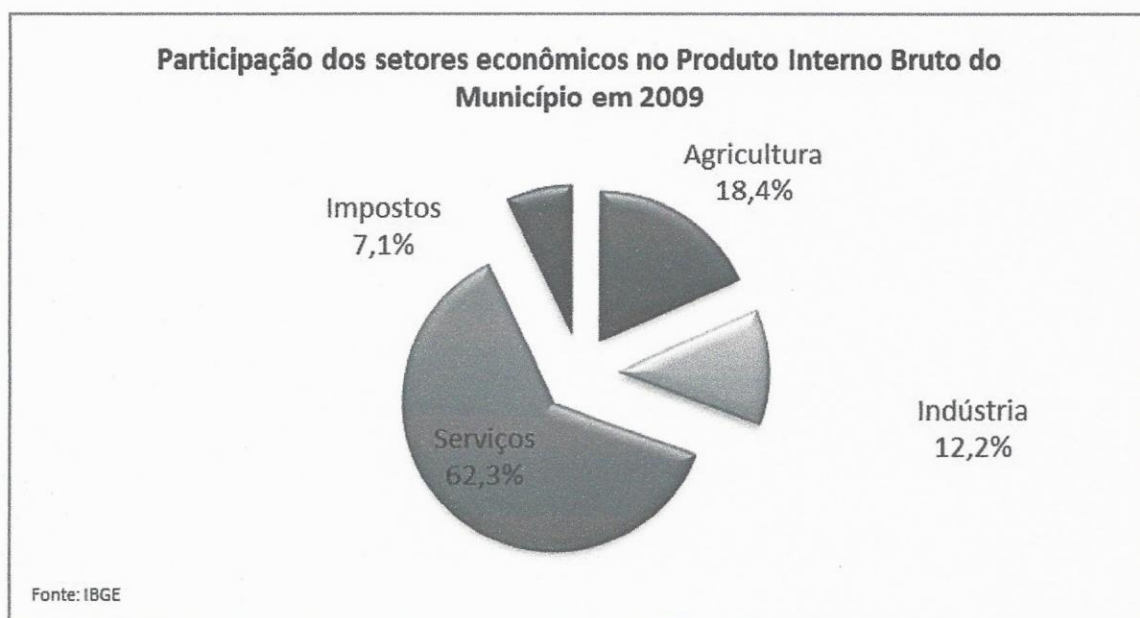
Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos era de 7,3%. Na área urbana, a taxa era de 6,3% e na zona rural era de 9,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,5%



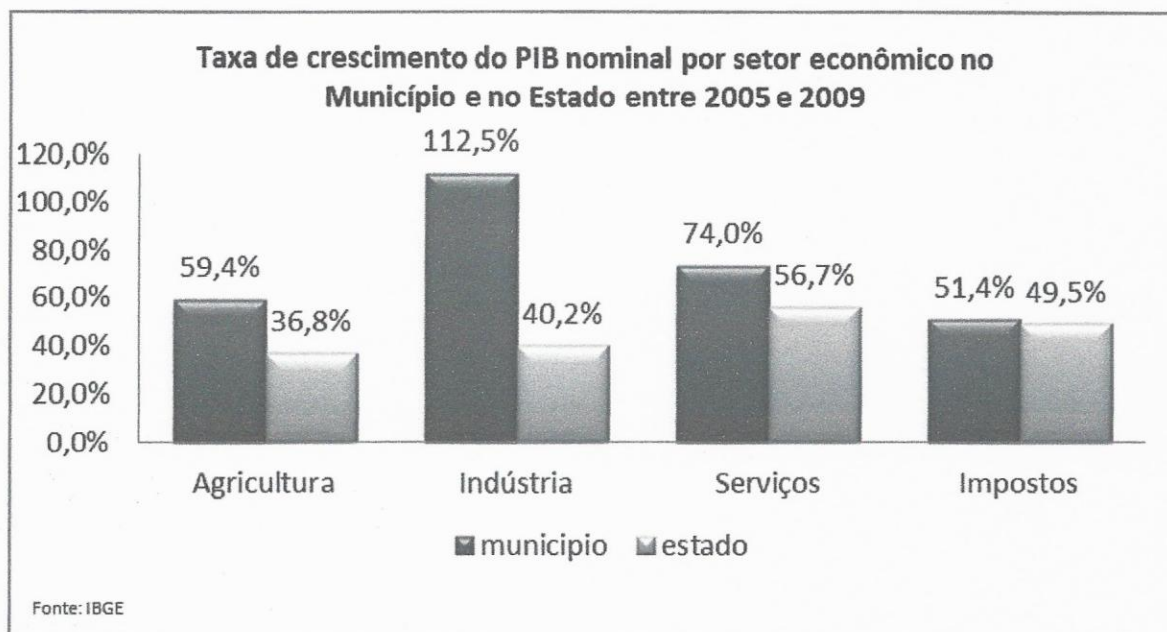
## 9. ASPECTOS SÓCIOS ECONÔMICOS

### 9.1. Produção

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 73,1%, passando de R\$ 120,01 milhões para R\$ 207,9 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 50,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,09% para 0,11% no período de 2005 a 2009.

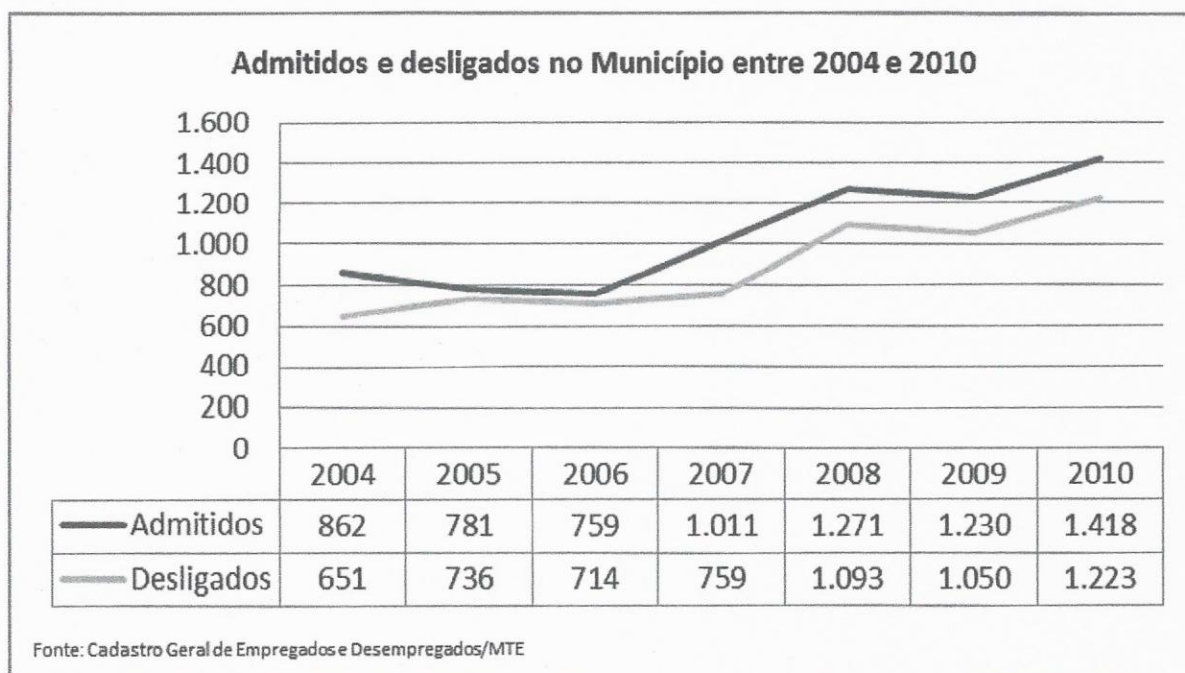


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 62,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 12,2% em 2009 contra 10,0% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 10,0% para 24,7% em 2009.



## 9.2. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho formal do município apresentou em todos os anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O Número de vagas criadas neste período foi de 1.151. No último ano as admissões registraram 1.418 contratações contra 1.223 demissões.

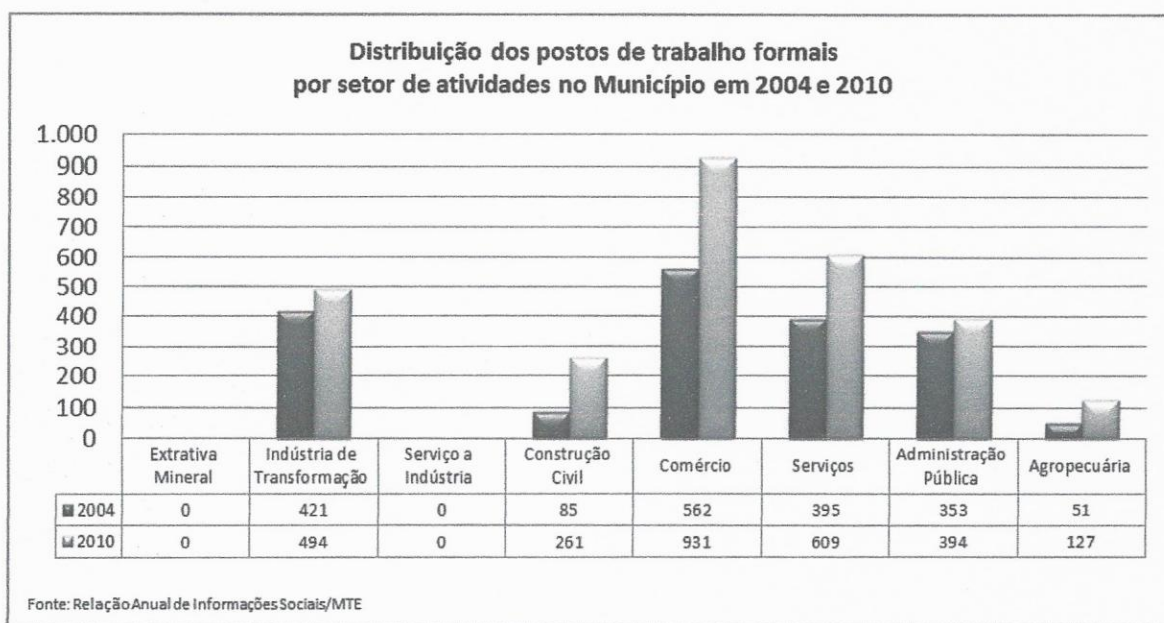


Segundo dados do Ministério do trabalho e Emprego, o mercado formal em 2010 totalizava 2.816 postos, 50,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do



município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 36,9% no mesmo período.

Comércio foi o setor com maior volume de empregos formais, com 931 postos de trabalho, seguido pelo setor de Serviços com 609 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 54,7% do total dos empregos formais do município.



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal no município foram Construção Civil (de 4,55% em 2004 para 9,27% em 2010) e Comércio (de 30,10% para 33,06%). A que mais perdeu participação foi a indústria de Transformação de 22,55% para 17,54%.

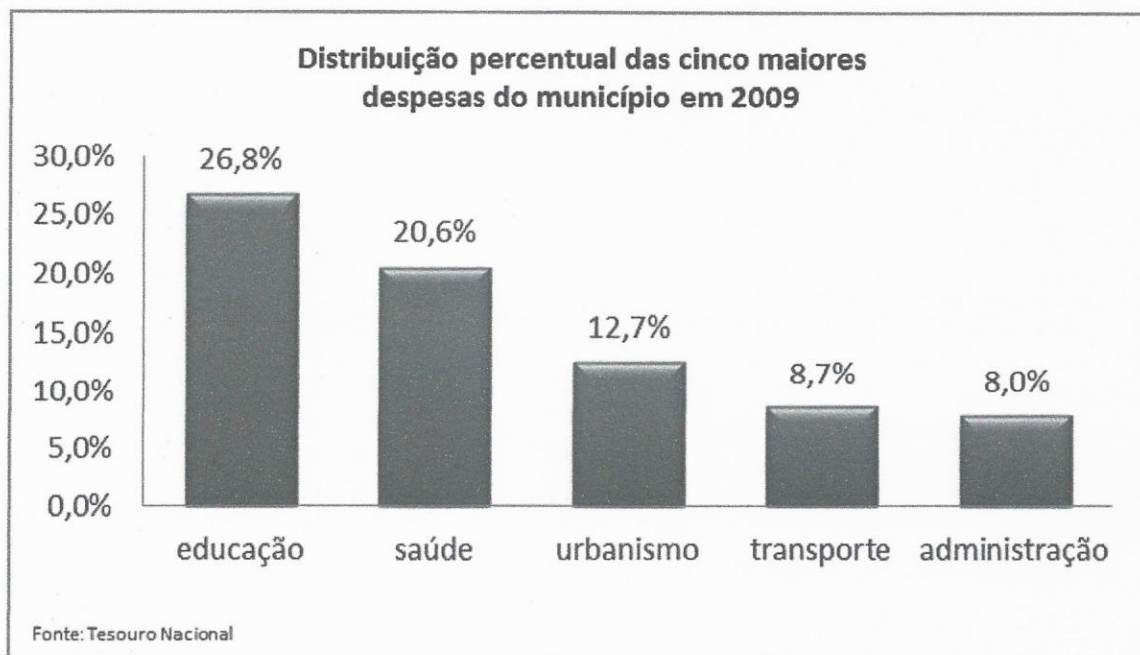
### 9.3. Finanças Públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 11,5 milhões em 2005 para R\$ 18,6 milhões em 2009, o que retrata uma alta de 62,6% no período de 12,91% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de

12,19% em 2005 para 10,66% em 2009, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 28,79% para 30,46%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 42,32% da receita orçamentária em 2005 para 39,87% em 2009. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 20,29% em 2009.



As despesas com educação, saúde, urbanismo, transporte e administração foram responsáveis por 76,74% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,79% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,60%.

## 10. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DA EXTREMA POBREZA

Conforme dados do Censo IBGE 2010, dos 16.338 habitantes, 350 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 2,1% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 147 (42,0%) viviam no meio rurale 203 (58,0%) no meio urbano.

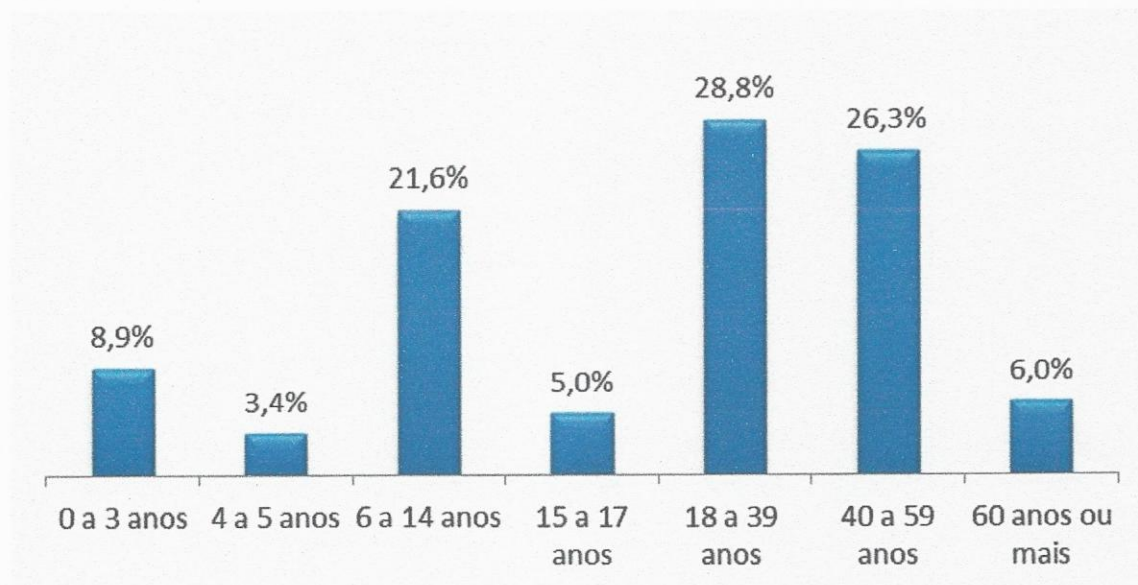


O Censo também revelou que no município havia 31 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 12 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 76 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 17 jovens nessa situação. Foram registradas 21 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 38,9% dos extremamente pobres do município têm de 0 a 17 anos.

#### 10.1. População em situação de extrema pobreza por faixa etária

Idade	Quantidade
0 a 3	31
4 a 5	12
6 a 14	76
15 a 17	17
18 a 39	101
40 a 59	92
65 ou mais	21
<b>Total</b>	<b>350</b>

#### 10.2. Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária



### **10.3. Gênero**

Do total de extremamente pobres no município, 193 são mulheres (55,1%) e 157 são homens (44,9%).

### **10.4. Cor ou Raça**

Do total da população em extrema pobreza do município, 265 (75,7%) se classificam como brancos e 84 (24,0%) como negros. Dentre estes últimos, 00 (0,0%) se declararam pretos e 84 (24,0%) pardos. Outras 00 pessoas (0,0%) se declararam amarelos ou indígenas.

### **10.5. Pessoas Com Deficiência**

De acordo com o Censo 2010, havia 5 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 37 tinham alguma dificuldade para enxergar; 10 para ouvir e 12 para se locomover.

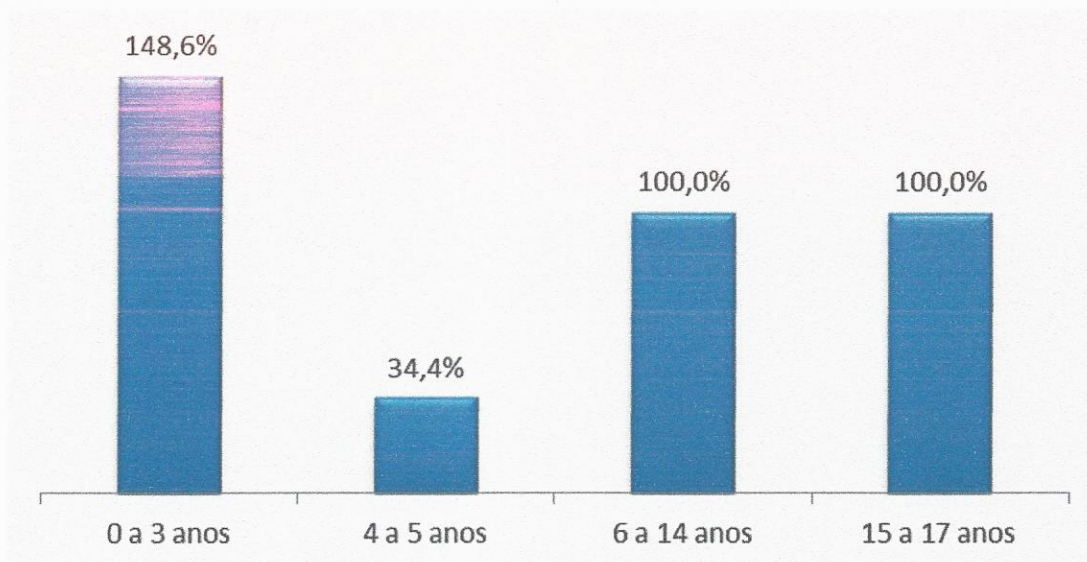
### **10.6. Educação**

Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 28 não sabem ler ou escrever, o que representa 12,6% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 19 eram chefes de domicílio.

O Censo de 2010 também revelou que no município havia 20 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando a creche, o que representa 65,6% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 00 crianças fora da escola (0,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, era 00 (0,0%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 00 estava fora da escola (0,0% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).



### 10.6.1. Proporção da população em extrema pobreza frequentando a escola ou creche por faixa etária



### 10.7. Eletricidade, água, esgotamento sanitário e coleta de lixo

- pessoas extremamente pobres (-% do total) viviam sem luz, 24 (6,9%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 301 (86,1%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 105 (30,1%) não tinham o lixo coletado.

### 10.8. Banheiro no domicílio e paredes externas de alvenaria

10 pessoas extremamente pobres (2,8% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 162 (46,3%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

## 11. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

### 11.1. Objetivo geral

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social no município de Realeza de forma a viabilizar a garantia de direitos aos usuários da assistência social nos

diferentes níveis de proteção, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93).

### **11.2. Objetivos específicos**

- Aprimorar as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade no município de Realeza, tendo como base a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

- Implantar novas ações e serviços de acordo com a tipificação e demandas do município tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS,04), a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93).

- Valorizar e apoiar a Rede de serviços socioassistenciais governamental e não governamental, e seus trabalhadores, oferecendo capacitação continuada;

- Consolidar a Gestão Básica, com suas responsabilidades e contrapartidas, caminhando para acessar a gestão plena, propiciando o aumento da oferta de serviços;

- Valorizar o controle social como instância essencial para a concretização da assistência social, com o apoio das ações do Conselho Municipal de Assistência Social e demais Conselhos correlatos;

- Introduzir e efetuar o Sistema de Monitoramento, avaliação, sistematização da Assistência Social no Município, com instrumentos acessíveis e sistemáticos, para garantir o acompanhamento à execução dos serviços e a mediação dos resultados e impactos, seguindo as diretrizes propostas pela Política Nacional.

- Divulgar amplamente os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como os recursos oferecidos pelo Poder Público e critérios para sua concessão.



## **12 - ASPECTOS SOCIAIS**

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem como missão promover a proteção social para a redução das desigualdades e a inclusão social e produtiva das pessoas, por meio da efetivação descentralizada das políticas de Trabalho e Assistência Social.

## **13 - REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS**

### **❖ REDE SOCIOASSISTENCIAL LOCAL POR NÍVEL DE PROTEÇÃO**

#### **13.1 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV são os serviços que, juntamente com o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, os programas, os projetos e os benefícios socioassistenciais, materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social. Evidenciar as especificidades das ações e refletir sobre os pressupostos da articulação entre o PAIF e o SCFV é algo essencial no Plano de Assistência Social, sobretudo se considerarmos que nos últimos anos ambos os serviços têm se tornado referência na garantia de proteção social.

Nota-se, assim, a necessidade do referenciamento dos serviços executados, tanto o SCFV quanto os projetos e programas da proteção básica que são desenvolvidos no território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS devem ser a ele referenciados e devem manter articulação com o PAIF.

No tocante à proteção social básica, o referenciamento visa, sobretudo, tornar factível a articulação dos demais serviços ao PAIF. Tal articulação possibilita a operacionalização e a organização do atendimento e/ou acompanhamento das famílias dos usuários do SCFV e dos participantes de outros programas, projetos e benefícios da proteção social básica. Assim, é preciso que as unidades que ofertam tais serviços estejam referenciadas ao CRAS e que sejam estabelecidos fluxos de

encaminhamento e de repasse de informações sobre as famílias entre o PAIF e esses serviços.

➤ **SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF**

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O trabalho social continuado do PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. Os termos fortalecer, prevenir e promover, presentes na descrição do PAIF, apontam para seu caráter antecipador à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a ofertar às famílias uma forma de atendimento que, como a própria denominação traz, proteja as famílias.

Proteção que, além do enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, atua também no desenvolvimento de potencialidades, a partir do reconhecimento de que ninguém está desprovido de tudo, uma família que está sobrevivendo na vulnerabilidade detém ativos importantes.

Nessa direção, é preciso identificar e fortalecer os recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, participação social, sociabilidade e redes sociais de apoio, entre outros, bem como dos territórios onde vivem. Como já se sabe, um dos objetivos do PAIF é o fortalecimento da função protetiva da família, compreendendo-a como o lugar do cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento, mas sem perder de vista que ela pode também configurar um espaço de reprodução de desigualdades e de violência.

As oficinas com famílias e as ações comunitárias suscitam a reflexão sobre vulnerabilidades, riscos ou potencialidades das famílias e agregam diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum, essas ações passam





a contribuir significativamente para o desenvolvimento de projetos coletivos e o protagonismo da comunidade.

➤ **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV**

A fim de complementar o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF, o SCFV, que também compõe a proteção social básica, com vistas a prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O SCFV organiza-se em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade.

A formação dos grupos deve respeitar as necessidades dos participantes, levando em consideração as especificidades do seu ciclo de vida. Dessa maneira, no serviço podem ser organizados grupos de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos e de pessoas idosas, a depender da demanda existente no Município.

É importante que a composição desses grupos preserve a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, gêneros, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência. Vale esclarecer que a observância aos ciclos de vida dos usuários para a formação dos grupos não impede a realização de ações Intergeracionais, quando assim for necessário.

Esse cuidado tem por objetivo assegurar a qualidade e a efetividade do trabalho no serviço, principalmente no que diz respeito ao necessário acompanhamento dos usuários que compõem os grupos.

É fundamental não perder de vista o caráter preventivo e proativo desse serviço que, como os demais serviços de Proteção Social Básica, antecipam-se às situações de desproteção familiar e àquelas constatadas no âmbito público, oferecendo aos usuários alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Os encontros do SCFV são situações de convivência para diálogos e fazeres que constituam algumas dessas alternativas.

Nessa direção, esses encontros são um espaço para promover: processos de valorização/reconhecimento: estratégia que considera as questões e os problemas do outro como procedentes e legítimos;

**Escuta:** estratégia que cria ambiência, segurança, interesse para que os usuários relatem ou compartilhem suas experiências;

**Produção Coletiva:** estratégia que estimula à construção de relações horizontais de igualdade, a realização compartilhada, a colaboração;

**Exercício de Escolhas:** estratégia que fomenta a responsabilidade e a reflexão sobre as motivações e interesses envolvidos no ato de escolher;

**Tomada de Decisão sobre a própria vida e de seu grupo:** estratégia que desenvolve a capacidade de responsabilizar-se, de negociar, de compor, de rever e de assumir uma escolha;

**Diálogo para a resolução de conflitos e divergências:** estratégia que favorece o aprendizado e o exercício de um conjunto de habilidades e capacidades de compartilhamento e engajamento nos processos resolutivos ou restaurativos;

**Reconhecimento de Limites e Possibilidades das Situações Vidas:** estratégia que objetiva analisar as situações vividas e explorar variações de escolha, de interesse, de conduta, de atitude, de entendimento do outro;

**Experiências de Escolha e Decisão Coletivas:** estratégia que cria e induz atitudes mais cooperativas a partir da análise da situação, explicitação de desejos, medos e interesses; negociação, composição, revisão de posicionamentos e capacidade de adiar realizações individuais;

**Aprendizado e Ensino de forma igualitária:** estratégia que permite construir, nas relações, lugares de autoridade para determinadas questões, desconstruindo a perspectiva de autoridade por hierarquias previamente definidas;

**Reconhecimento e Nomeação das emoções nas situações vividas:** estratégia que permite aprender e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, de modo a enfrentar situações que disparam sentimentos intensos e negativos em indivíduos ou grupos;

**Reconhecimento e Admiração da diferença:** estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas



e problematizadas, permitindo que características, condições e escolhas sejam tomadas em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico.

Os encontros dos grupos do SCFV devem criar oportunidades para que os usuários vivenciem as experiências anteriormente mencionadas. Isso pode ser efetivado mediante variadas ações.

Entre elas, as oficinas, que consistem na realização de atividades, porém as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados nos grupos.

## **13.2 - GESTÃO DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

### **➤ CADASTRO ÚNICO – GOVERNO FEDERAL**

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em Setembro de 2021 era de 1.831 famílias dentre as quais:

- ❖ 262 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- ❖ 190 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 190,00;
- ❖ 792 com renda per capita familiar entre R\$ 190,01 e meio salário mínimo;
- ❖ 587 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de Setembro de 2021, 403 famílias, representando uma cobertura de 10% da estimativa de famílias pobres no município, considerando critério estabelecido pelo próprio Programa do Bolsa Família, e considera famílias de nível de pobreza com rendimento de R\$ 89,01 até R\$178,00. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 77,01 e o

valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 30.883,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no ano de 2021, onde retornou de forma híbrida no início do ano e no decorrer do ano de forma presencial, sendo também com acesso remoto, atingiu o percentual de 95%, já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência do primeiro semestre de 2021, atingiu 86,72% que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

#### ➤ **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC (GOVERNO FEDERAL)**

É um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e que garante o pagamento mensal de 01 (um) salário mínimo à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

Em Outubro de 2021, o número de beneficiários no município de Realeza totalizava 597 pessoas, sendo 189 idosos, 287 pessoas com deficiência, 55 pessoas com RMV para Idade Rural, 02 pessoas com RMV para Idade Urbana, 40 pessoas com RMV para invalidez Rural, 14 pessoas com RMV para Invalidez Urbana e 10 pessoas com BCP Antecipado. Sendo que, como classificação de gênero, Masculino 289 pessoas, Feminino 225 pessoas e 83 pessoas com classificação de gênero não definida.

### **13.3 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Os serviços de Proteção Social Especial destinam-se a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. São serviços que requerem o acompanhamento de famílias e indivíduos que necessitam de apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva, demandando atendimento de forma efetiva e monitorada, por este motivo na Proteção Social Especial estão previstos níveis de complexidade diferenciados: média e alta complexidade.



Os serviços de Proteção Social especial têm estreita interface com o sistema de Garantia de Direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

### **13.3.1 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIBILIDADE**

#### **❖ SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA E INDIVÍDUO - PAEFI**

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI de acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é o serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violações de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Deve garantir atendimento sistemático, continuado e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar direitos.

Destacamos que devido a inexistência do CREAS em nosso município todos os atendimentos referentes a Proteção Básica de Média e Alta Complexidade está vinculada a equipe da gestão, onde conta com uma assistente social e um psicólogo.

### **13.3.2 - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - MSE**



No Brasil, a execução de Medidas Socioeducativa - MSE de meio aberto sempre esteve ligada à Assistência Social, porém, elas passam a ser regulamentadas após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, sendo posteriormente tipificadas por meio da Resolução do CNAS nº 109/2009. O Serviço de MSE em Meio Aberto de **Liberdade Assistida - LA** e de **Prestação de Serviço à Comunidade - PSC** é um dos serviços socioassistenciais que compõem a média complexidade, já que exige maior estruturação técnico- operacional, atenção especializada e individualizada, bem como acompanhamento sistemático e continuidade de sua oferta.

O Serviço de MSE em Meio Aberto realiza o acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas de LA e de PSC, que se fundamenta no atendimento especializado, na escuta qualificada, no acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias de forma integrada aos demais serviços socioassistenciais e às políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer. A garantia do acesso aos serviços e a ação integrada entre as políticas setoriais são imprescindíveis para a concretização dos objetivos das medidas socioeducativas e para a ampliação da proteção social ao adolescente e sua família.

### **13.3.3 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**

#### **➤ MODALIDADE: INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E CASA LAR**

O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade para Pessoas Idosas tem por referência a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, além das demais legislações e normativas do SUAS. O acolhimento institucional pode ser desenvolvido nas modalidades: Casa Lar e Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI. Outra modalidade de acolhimento são as Repúblicas, que se destinam a idosos que tenham capacidade de gestão coletiva de moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda.

No município de Realeza contamos com a Casa Lar São José que atende até 10 crianças e um Centro Dia do Idoso com capacidade de até 15 idosos. Destacamos que ambos serviços são ofertados através de recurso próprio do Município.

➤ **FAMÍLIA ACOLHEDORA.**

Acompanham crianças e adolescentes acolhidos/as, suas famílias de origem e as famílias acolhedoras, com o objetivo central de buscar a reintegração familiar. Esgotadas as possibilidades de retorno ao ambiente familiar encaminha-se a colocação do/a acolhido/a em família substituta. As crianças e/ou adolescentes chegam ao Serviço através do judiciário ou pelo Conselho Tutelar.

Em nosso município o serviço está contemplado através de lei Municipal n 1943/2021 e encontra-se ativo.

**14 - INSTANCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - AUTÔNOMA**

➤ **CONSELHO TUTELAR**

Os Conselhos Tutelares constituem um dos instrumentos mais importantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, como órgãos públicos encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Previstos pelo ECA (Lei 8.069/1990), são criados por lei para garantir que, nos municípios, a política de atendimento à população infanto-juvenil seja cumprida.

Quando comprovada a suspeita ou denúncia de violação dos direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, cabe ao conselheiro tutelar acionar os demais atores da rede de proteção à infância e adolescência, como as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e os Centros de Defesa da Criança e do



Adolescente, e as instâncias do Poder Judiciário, como o Ministério Público e os Juizados da Infância e Juventude.

Além de atender a denúncias, o conselheiro tutelar também deve estar atento à realidade de sua comunidade, atuando na prevenção de situações que ponham em risco os direitos de meninos e meninas.

Os conselheiros tutelares são escolhidos pela própria comunidade em processo eleitoral conduzido pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Para concorrer ao cargo, é necessária que o cidadão tenha reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos, tenha concluído o Ensino Médio e resida no município e outros requisitos previsto em lei Municipal.

Em Realeza o Conselho Tutelar funciona em sede cedida e teve sua última eleição em Outubro de 2019 para o mandato no quadriênio 2020-2024. A manutenção das atividades é custeada pela SMAS.

## **15 - REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO**

A Rede Privada de Assistência Social é composta por entidades e organizações não governamentais estabelecidas no município, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução da Política de Assistência Social.

O município de Realeza tem hoje **uma instituição inscrita no Conselho de Assistência Social (APAE)**, órgão que acompanha, avalia e fiscaliza as mesmas, sobretudo quando existe cofinanciamento de ações com recursos públicos.

## **16 - DIRETRIZES e PRIORIDADES**

Fortalecimento da gestão do SUAS a nível municipal, atendendo as normas e diretrizes da Política Nacional, primando pelas diretrizes de organização da Assistência Social qual sejam: Descentralização político-administrativa; Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; Primazia da responsabilidade

do Estado na condução da Política em cada esfera de governo; Centralidade na família para concepção e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos.

Para tanto, este Plano levará em consideração, ainda, o Plano Plurianual, a Lei do SUAS Municipal, e as resoluções emitidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.



### 17. DIRETRIZES E PRIORIDADES DELIBERADAS – PLANO ANTERIOR (2018 – 2021)

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Nº	Prioridade	Meta	Ano da Deliberação	Deliberação	Observação
1	Acompanhamento familiar pelo PAIF	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CadÚnico de 15%	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta alcançada, tendo em vista a diminuição de cadastro por pessoas que não se encaixavam nas condicionalidades exigidas no CadÚnico
2	Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC	Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC: 25%	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta alcançada, devido a exigência ao beneficiário do BPC ser cadastrado no CadÚnico.
3	Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico	Atingir 70% de Cadastramento no CadÚnico das famílias com presença de beneficiários do BPC.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta alcançada, como mencionado no item anterior
4	Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda	Atingir taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de 15%.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta alcançada devido por práticas adotadas pela equipe de acompanhamento e isenção em projetos.
5	Acompanhamento pelo	Atingir 50% de taxa de acompanhamento das	2013	Pacto de	Meta alcançada,

	PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social	famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família em decorrência do descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social com respectivo sistema de informação.		Aprimoramento	como mencionado nos itens 1 e 4.
6	Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta atendida como público prioritário (90)
7	Ampliação da cobertura da Proteção Social Básica nos municípios de grande porte e metrópoles	Referenciar 100% da população constante no CadÚnico com ½ SM ou 20% dos domicílios do município aos CRAS.	2013	Pacto de Aprimoramento	Não se aplica
8	Adesão ao Programa BPC na Escola	Alcançar 100% de adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola.	2013	Pacto de Aprimoramento	O Município já aderiu.
9	Participação da Equipe do CRAS nas capacitações das Agentes Comunitárias de Saúde, visando trabalho conjunto na identificação dos casos de risco e vulnerabilidade social	Capacitar 100 % das Agentes Comunitárias	2013	Conferência de Assistência Social	Propor ações e capacitações
10	Implantar programas e oficinas profissionalizantes em articulação com outras Secretarias Municipais, Agência do Trabalhador e	Meta Alcançada.	2011/ 2013	Conferência de Assistência Social	Meta alcançada: Dentre eles o Jovem aprendiz e através de parcerias com o SENAI, dentre outros.



	ACIAR, visando à inserção dos adolescentes no mercado de trabalho.				
11	Integrar ações da Política de Assistência Social e Previdência Social promovendo estratégias de divulgação do BPC através de outras políticas, tais como Educação, Saúde, e Conselhos Municipais de Direitos.	Atingir 70% das Políticas Públicas do Município.	2013	Conferência de Assistência Social	Meta alcançada, devido o crescente beneficiários do BPC nos últimos anos.
<b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>					
12	Ampliação da cobertura do PAEFI nos municípios com mais de 20 mil habitantes	Implantar 1 CREAS em todos os municípios entre 20 e 200 mil habitantes e no mínimo de 1 CREAS para cada 200 mil habitantes.	2013	Pacto de Aprimoramento	Não se aplica
13	Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil	Atingir 50% de identificação e o cadastro do trabalho infantil para os demais municípios.	2013	Pacto de Aprimoramento	Atualmente o Município não possui Trabalho Infantil.
14	Cadastramento e atendimento da População em Situação de Rua	Identificar e cadastrar no CadÚnico 70% das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado ofertado no Centro Pop. Implantar 100% dos Serviços para população de rua (Serviço Especializado para Pop Rua, Serviço de Abordagem Social e Serviço de	2013	Pacto de Aprimoramento	Atualmente o Município não possui População em Situação de Rua.



		Acolhimento para pessoa em situação de rua) nos municípios com mais de 100 mil habitantes e municípios de regiões metropolitanas com 50 mil ou mais, conforme pactuação na CIT e deliberação do CNAS.			
15	Acompanhamento pelo PAEFI de famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento	Acompanhar 60% das famílias com criança ou adolescente nos serviços de acolhimento.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta alcançada, pois existe projeto específico desenvolvido para este fim junto a secretaria municipal de Assistência social e em parceria do CMDCA. Acolhimento Institucional e Acolhimento Familiar.
16	Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescente em conformidade com as pactuações da CIT e resoluções do CNAS.	2013	Pacto de Aprimoramento	O Município já realizou o Reordenamento.
17	Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas	Realizar em 100% dos CREAS o acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.	2013	Pacto de Aprimoramento	Acompanhamento realizado pela equipe da gestão.
18	Implantar Unidades de Acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares	Implantar 100% das unidades de acolhimento (residência inclusiva), conforme pactuado na CIT e deliberado pelo CNAS, para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares.	2013	Pacto de Aprimoramento	Não se aplica.

**GESTÃO**

19	Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS	Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta atingida.
20	Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais	100% dos municípios de pequeno I e II e médio porte com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta atingida. O Município de Realeza já fez a Estruturação da SMAS.
21	Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS	100% dos municípios com Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta atingida. A Legislação Municipal já está adequada à Legislação do SUAS.
22	Promover de forma continuada capacitações e treinamentos de Recursos Humanos, com enfoque no financiamento do SUAS	Contemplar 100% dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros	2007/2013	Conferência de Assistência Social	Meta atingida, tendo em vista que nos anos anteriores foram destinadas capacitação para servidores/técnicos da secretaria, Conselheiros Tutelar e Conselheiros de Direito, tanto pela



					gestão Municipal quanto pela secretaria de Estado.
23	Programa de auxílio psicológico e social às famílias, em especial as que sofrem com violência doméstica.	Atingir taxa de acompanhamento de 80% das famílias.	2005	Conferência de Assistência Social	Meta atingida. Existe um cronograma de atendimento, tendo como função encaminhar atendimento emergência e/ou clínico.
24	Ampliar ofertas de cursos de geração de renda, obedecendo à demanda e interesse dos usuários.	Implementar 1 programa de qualificação profissional em cima das demandas do Mercado, que atenda 15% dos beneficiários do Bolsa Família.	2013	Conferência de Assistência Social	Meta atingida, pois vendo a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, em cursos profissionalizantes busca-se priorizar os beneficiários do Bolsa Família.
25	Ampliar a divulgação das questões afetas à Política Municipal de Assistência Social, acentuando assim os projetos e cursos ofertados pelo CRAS, através de uma feira de exposição artesanal e cultural dos trabalhos	Investimento em comunicação institucional e criação da Feira Artesanal e Cultural que mostre e divulgue os trabalhos realizados no CRAS.	2013	Conferência de Assistência Social	Meta atingida.



	realizados.				
26	Realização de um diagnóstico para o mapeamento das necessidades e vulnerabilidades do município na rede do SUAS.	Atingir e mapear 100% do território do Município. Territórios redefinidos.	2013	Conferência de Assistência Social	Em andamento
27	Realizar trabalho multiprofissional disponibilizando horários mensais para a programação e discussão relacionados ao trabalho em equipe	Garantir no mínimo 04 horas por mês para formação e discussão relacionadas ao trabalho em equipe	2013	Conferência de Assistência Social	Em andamento
28	Ampliar a articulação intersetorial da Assistência Social com as Entidades Prestadoras de Serviço.	Promover ações com 100% das entidades do Município.	2013	Conferência de Assistência Social	Não atingido, não visto como prioridade.
29	Implantar um Sistema de Informação, ou seja, prontuário único intersetorial.	Adoção de um sistema de monitoramento integrado, por meio de uma política progressiva de informatização, gestão de acesso e controle de dados e informações.	2013	Conferência de Assistência Social	Meta atingida, através da criação de um sistema, ainda adotado somente pela SMAS e CRAS, mas com intenção de abrir para outros setores.
30	Efetivação e ampliação do quadro de Trabalhadores do SUAS, com equipe multidisciplinar para o	Adequação da equipe conforme legislação: Realização de concurso público para adequação da equipe, conforme Resolução nº 5, de 3 de maio de 2010, da Comissão	2013	Conferência de Assistência Social	Houve a colocação de uma psicóloga 20 hs na Secretaria de Asssitencia Social que fica na gestão.

	CRAS, para que haja expansão de serviços, projetos, programas e benefícios.	Intergestora Tripartite que define a equipe mínima para CRAS. Garantir equipe mínima prevista em legislação.			
31	Incluir nas reuniões de orçamento participativo os Clubes de mães, Associação de Moradores, Entidades, Conselhos, oportunizando maior acesso quanto aos serviços e benefícios sociais.	Criar e implementar instrumentos de informação e socialização dos Serviços Socioassistenciais para a população.	2013	Conferência de Assistência Social	Dilulgação através da pagina oficial da Prefeitura Municipal.
32	Intensificar as ações do CMAS para que o mesmo realize o monitoramento dos serviços, programas, projetos e serviços.	Efetivar e fortalecer o exercício do controle social na Política Municipal de Assistência Social, para que o CMAS monitore 50% das atividades realizadas pela Política de Assistência Social	2013	Conferência de Assistência Social	Meta atingida.
<b>CONTROLE SOCIAL</b>					
33	Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos	Atingir 90% dos Conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta representantes de	2013	Pacto de Aprimoramento	A participação esta de acordo com a legislação, conforme



	Conselhos Municipais de Assistência Social	usuários e dos trabalhadores do SUAS.			a Lei Nº 1321/2010 de 03/08/2010.
34	Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de controle social do PBF.	2013	Pacto de Aprimoramento	Meta atingida. A avaliação é feita pela Comissão de Controle e repassado para apreciação do CMAS.
35	Criar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência no município de Realeza – PR	Em andamento	2013	Meta a ser atingida	

## 18. DETALHAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS: 2022 - 2025

### EIXO 1 - GESTÃO

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA									
Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Manutenção e reforma espaço físico que da sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.	A reforma e sala individual de atendimento para Assistente Social e Psicóloga que atuam na Gestão	X				X		
2	Garantir equipamentos permanentes adequados a cada serviço.	Setores equipado	X	X	X	X	X		
3	Garantir profissionais para operacionalização da Política Municipal de Assistência Social, de acordo com a NOB-RH/SUAS.	Todos os serviços cobertos com equipe minina necessária.	X	X	X	X	X		
4	Elaborar e implantar o Plano	Plano elaborado e implantado	X	X	X	X	X	X	



5	Garantir a manutenção dos programas, projetos e serviços da SMAS	Proporcionar aos usuários serviços de qualidade	X	X	X	X	X	X	X
6	Garantir que o Fundo Municipal de Assistência Social seja uma Unidade Orçamentária	Fundo Garantido	X	X	X	X	X		
7	Garantir a revisão da Lei doSUAS Municipal com detalhamento dos Benefícios Eventuais	Lei Revisada	X	X	X	X	X		
8	Garantir o Monitoramento e avaliação dos indicadores sociais do município, visando aprimoramento das ações, através da Vigilância Socioassistencial	Ações monitoradas e Avaliadas	X	X	X	X	X	X	X
9	Estabelecer parcerias com as demais Secretarias para construção de ações conjuntas das demandas sociais.	Rede funcionando	X	X	X	X	X		
10	Fortalecer a articulação com a rede de Serviços Assistenciais Públicas e Privada	Rede Fortalecida	X	X	X	X	X	X	
11	Realização de cooperação técnica e financeira junto a entidades socioassistenciais, observando os princípios da Lei 13.019	Garantia de Parcerias com as entidades	X	X	X	X	X	X	X
12	Garantir sistema de informação que interligue os serviços da SMAS a outras Secretarias.	Sistema garantido	X	X	X	X	X	X	

13	Garantir aplicação do Programa direcionado às Mulheres vítimas de violência doméstica	Projeto Renascer emParceria com Ministerio Publico e Policia Militar e Forum	X	X	X	X	X	X	
14	Realizar parceria com a Secretaria de Educação em prol dos idosos analfabetos	Parceria concluída	X	X	X	X	X		
15	Garantir a realização dos Casamentos Comunitários para o público inscrito no Cadastro único	Ação Prevista	X	X	X	X	X		
16	Proporcionar ao SCFV atividades em academias ao ar livre acompanhados por profissionais da área.	Serviço prevista parado por conta da Pandemia	X	X	X	X	X		
17	Garantir manutenção dos veículos da frota da SMAS	Veículos Revisados	X	X	X	X	X		
18	Ampliar espaço físico para a capacidade de atendimento ofertado	Espaço ampliado com previsão de mais ampliações	X	X	X	X	X	X	
19	Garantir recursos para realização das campanhas e projetos.	Recursos alocados	X	X	X	X	X	X	

### HABITAÇÃO

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir Regularização Fundiária, visando implantação do Programa Morar Legal do Governo	Setor de Habitação regulamentado	X	X	X	X	X	X	



	Federal.								
2	Garantir entrega dos imóveis "minha casa minha vida". – Sub 50	Em fase final de entrega	X					X	
3	Realizar chamamento público para construção de casas na modalidade FAR 1 e FAIXA 2 (FGTS)	Imóveis entregues	X	X	X				
<b>BENEFÍCIOS EVENTUAIS</b>									
Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir o atendimento emergencial (compra dos insumos: cesta básica, auxílio funeral, auxílio natalidade)	Serviço garantido	X	X	X	X	X	X	
2	Garantir recurso para o pagamento de Aluguel Social	Recurso garantido em casos de calamidade publica como preve a lei municipal	X	X	X	X	X		
3	Garantir que os Benefícios Eventuais sejam regulamentados na Lei do SUAS Municipal	Benefícios garantidos em Lei	X	X	X	X	X		
4	Garantir a quem necessitar a partir de avaliação Socio Assitencial Tecnica	Garantir a equidade.	X	X	X	X	X		
<b>TRABALHO</b>									
1	Manter cursos de geração de emprego e renda para o	Cursos em funcionamento	X	X	X	X	X	X	



	público do PAIF, observando perfil e vocação do município.								
2	Implantar cursos de geração de emprego e renda para o público do Bolsa Família, observando perfil e vocação do município.	Cursos implantados	X	X	X	X	X	X	
3	Garantir a inserção do público prioritário no PRONATEC	Inserção com prioridades	X	X	X	X	X	X	
4	Estabelecer parceria com a educação para oferta de programa de educação de jovens e adultos	Parceria estabelecida	X	X	X	X	X	X	
5	Promover parcerias com empresas e universidades para inclusão digital	Parcerias realizadas	X	X	X	X	X		
6	Promover parcerias com Empresas Privadas para estágios de Adolescente Aprendiz	Parcerias realizadas	X	X	X	X	X		
7	Promover parcerias com Empresas Privadas para encaminhamentos de entrevistas para o mercado de trabalho.	Buscar parecerias com a Secretaria Industria e Comercio	X	X	X	X	X		

## EIXO 1 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

CRAS/PAIF									
Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Ampliar espaço físico da Unidade de modo a comportar as oficinas	Em andamento	X	X	X	X	X		
2	Manutenção e reforma do espaço físico que do CRAS.	Conservação e segurança do Patrimônio e ampliação em andamento	X	X	X	X	X	X	
3	Manter equipado adequadamente o serviço	Serviço equipado solicitando mais equipamentos	X	X	X	X	X	X	
4	Garantir equipe técnica de acordo com NOB-RH/SUAS e demanda apresentada	Equipe técnica garantida	X	X	X	X			
5	Garantir equipe de apoio para realização dos serviços (oficineiros, motoristas, orientador social, recepcionista, administrativo, auxiliar de serviços gerais e outros)	Equipe de apoio garantida	X	X	X	X	X	X	
6	Garantir veículo específico para o CRAS	Veículo garantido	X	X	X	X	X	X	
7	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos Trabalhadores do SUAS	Capacitações realizadas	X	X	X	X	X	X	X
8	Garantir efetivação de uso do Prontuário Eletrônico Simplificado do SUAS	Prontuário em uso	X	X	X	X	X		



9	Garantir sistema de informação que interligue os serviços	Sistema garantido	X	X	X	X			
10	Implantar equipe/serviço de CRAS ITINERANTE, para atendimento das comunidades do interior	Serviço implantado	X	X	X	X	X		

**SERVIÇO DE PSB NO DOMICILIO PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA E IDOSOS**

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
	Implantar o serviço	Serviços em funcionamento	X	X	X	X	X	X	

**CRAS/SCVF**

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Manter equipado adequadamente o serviço	Serviço equipado	X	X	X	X	X		
2	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos profissionais	Treinamentos realizados	X	X	X	X	X	X	
3	Garantir profissional de referência para os serviços conforme NOB-RH/SUAS	Profissional garantido	X	X	X	X	X	X	
4	Garantir profissional com o perfil do público alvo (dança, violão, pintura em tela, Teatro, Grafite dentre outros)	Profissional garantido	X	X	X	X	X	X	
5	Garantir equipamentos	Equipamentos adquiridos	X	X	X	X	X	X	

	eletrônicos necessários para um serviço de qualidade								
6	Garantir uma extensão do SCFV para território de maior vulnerabilidade social	Extensão garantida	X	X	X	X	X		
7	Garantir material Pedagógico necessário para execução dos serviços	Aquisição de material pedagógico	X	X	X	X	X	X	
8	Garantir uniformes para todas as faixas etárias e modalidades	Previsão de uniformes para crianças das oficinas do SCFV e idosos do Centro dia	X	X	X	X	X	X	

### CADASTRO ÚNICO

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir equipe técnica de acordo com NOBRH/SUAS e demanda apresentada	Equipe técnica garantida	X	X	X	X	X	X	
2	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos profissionais	Treinamentos realizados	X	X	X	X	X	X	X
3	Garantir acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias	Acompanhar 70% das famílias	X	X	X	X	X	X	
4	Garantir visita domiciliar para inclusão e buscas ativas conforme orientação do MDS	70% das famílias visitadas	X	X	X	X	X	X	
5	Ampliar número de entrevistadores e operadores	Atendimento a toda demanda	X	X	X	X	X		
6	Aumentar a capacidade da Rede de Internet	Rede capaz de atender a demanda buscando ampliação	X	X	X	X	X		



7	Garantir manutenção do veículo do Cadastro Único	Veículo em boas condições de uso	X	X	X	X	X		
8	Garantir divulgação dos serviços e programas do Cadastro Único por mídia local e volante.	Divulgação realizada	X	X	X	X	X		
9	Manter parcerias com a Secretaria de Saúde e Educação nas ações de divulgação e condicionalidades.	Parcerias funcionando	X	X	X	X	X		
10	Manter ativo o Comitê Gestor do Cadastro Único	Comitê atuante	X	X	X	X	X		

### EIXO 3 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

GESTÃO									
Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir equipe técnica de acordo com NOB-RH/SUAS para cada Serviço	Servidos Adequados conforme Legislações.	X	X	X	X	X	X	
2	Equipar o espaço para a equipe técnica em atendimento na gestão	Espaço adequado	X	X	X	X	X	X	
3	Garantir equipe de apoio para realização dos serviços (educador(a) social, técnico administrativo e outros)	Equipe de Apoio Completa	X	X	X	X	X	X	
4	Garantir participação	Trabalhadores capacitados	X	X	X	X	X	X	X

	permanente em treinamentos e capacitações dos Trabalhadores do SUAS dentro e fora do Município.								
5	Executar e manter os Projetos como: Reabilitação: Cuidando dos Cuidadores e o Projeto Rede Família.	Projeto executado	X	X	X	X	X		
6	Estabelecer parcerias com outros seguimentos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica.	Parcerias estabelecidas Renascer, Judiciario e Policia Militar	X	X	X	X	X	X	
7	Estabelecer fluxos de atendimento funcionamento da Rede em cada seguimento.	Manter serviço organizado com ficha de referencia e contra referencia	X	X	X	X	X	X	
8	Garantir a participação dos usuários da Zona Urbana e Zona Rural de forma igualitária nos projetos e atendimentos.	Participação efetivada	X	X	X	X	X		

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	MEDIDA SOCIOEDUCATIVA				PERÍODO			FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED			
1	Garantir equipe técnica de acordo com NOB- RH/SUAS e SINASE	Equipe técnica completa e atuante	X	X	X	X	X	X				
2	Ampliar o campo de Cumprimento de Medida Socioeducativa de PSC	Rede funcionando	X	X	X	X	X	X				



3	Fomentar a realização de eventos voltados ao público prioritário.	Eventos realizados	X	X	X	X	X		
4	Garantir equipe de apoio para realização dos serviços	Equipe de apoio Adequada	X	X	X	X	X	X	
5	Garantir capacitação da Rede sobre Socioeducação.	Capacitação disponibilizada continuamente	X	X	X	X	X	X	X
6	Garantir veículo para o serviço	Veículo disponibilizado	X	X	X	X	X	X	X
7	Elaborar o PPP- Plano Político Pedagógico de forma participativa	Projeto Elaborado e revisado	X	X	X	X	X		

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA LAR**

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir reforma do espaço físico com ampliação do refeitório de acordo com as Normas de ABNT.	Espaço adequado.	X	X	X	X	X	X	
2	Aquisição de parquinho para o pátio da Instituição.	Aquisição feita	X	X	X	X	X	X	
3	Garantir bens e serviços necessários ao atendimento dos acolhidos	Garantir Atendimento	X	X	X	X	X	X	X
4	Manter o serviço equipado adequadamente	Garantir funcionamento do Serviço.	X	X	X	X	X	X	X
5	Garantir equipe técnica de acordo com NOBRH/SUAS.	Desenvolvimento E qualidade dos serviços.	X	X	X	X	X	X	
6	Garantir equipe de apoio de	Desenvolvimento e qualidade dos serviços.	X	X	X	X	X	X	X

	acordo com NOBRH/SUAS.								
7	Garantir de forma permanente treinamentos e capacitações dos trabalhadores do SUAS.	Conhecimento profissional amplo	X	X	X	X	X	X	X
8	Garantir a convivência comunitária e familiar.	Desenvolvimento sócio familiar, visitas familiares, participação nas decisões e PIA	X	X	X	x	X		
9	Garantir aplicação do Regimento Interno e o Plano Político Pedagógico.	Trabalhar conforme o documento reuniões mensais, com cuidadores, mãe social e equipe técnica	X	X	X	X	X	X	X
10	Elaborar Plano de Ação Anual e garantir sua aplicação.	Planejamento das ações	X	X	X	X	X		

**CENTRO DIA DO IDOSO**

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir reforma do espaço físico de acordo com as Normas de ABNT	Foi efetuada a adequação	X	X	X	X	X	X	X
2	Garantir bens e serviços Necessários ao atendimento dos acolhidos	Garantir Atendimento em grupo individualizado e familiar	X	X	X	X	X	X	X
3	Manter o serviço equipado Adequadamente	Garantir funcionamento do Serviço.	X	X	X	X	X	X	X
4	Garantir equipe técnica de acordo com NOBRH/SUAS.	Desenvolvimento e qualidade dos serviços.	X	X	X		X	X	
5	Garantir de forma permanente treinamentos e	Conhecimento profissional amplo	X	X	X	X	X	X	X



	capacitações dos trabalhadores do SUAS.								
6	Garantir a convivência comunitária e familiar.	Participação efetiva da família	X	X	X	X	X		
7	Garantir aplicação do Regimento Interno e o Plano Político Pedagógico.	Trabalhar conforme o documento incluindo as famílias	X	X	X	X	X	X	X
8	Elaborar Plano de Ação Anual e garantir sua aplicação.	Planejamento das ações, cronograma de oficinas, passeios, encontros temáticos, celebração religiosa e reuniões	X	X	X	X	X		

#### ACOLHIMENTO FAMILIAR

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Implantar o serviço de Acolhimento Familiar	Implantado a Lei nº 1943/2021	X	X	X	X	X		
2	Garantir bens e serviços necessários ao atendimento das famílias e acolhidos	Garantir Atendimento com qualidade	X	X	X	X	X	X	X
3	Manter o serviço equipado adequadamente	Garantir funcionamento do Serviço.	X	X	X	X	X	X	X
4	Garantir de forma permanente treinamentos e capacitações dos trabalhadores do SUAS.	Conhecimento profissional amplo	X	X	X	X	X	X	X
5	Manter parcerias nas ações de divulgação e condicionalidades.	Parcerias funcionando	X	X	X	X	X		

**EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL**

<b>CONSELHO TUTELAR</b>									
Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Garantir reforma e manutenção do espaço físico	Conservação e segurança do patrimônio e reforma realizada e em andamento	X	X	X	X	X	X	
2	Manter o espaço equipado adequadamente	Serviço equipado e buscando melhorias	X	X	X	X	X	X	
3	Promover de forma permanente capacitações dos conselheiros e equipe de apoio.	Capacitações realizadas e buscando novas e continuadas	X	X	X	X	X	X	X
4	Garantir veículo exclusivo para o serviço	Veículo disponível	X	X	X	X	X	X	X
5	Manter protocolo e fluxo de atendimento	Manter serviço organizado	X	X	X	X	X		
6	Realização de eleição de novos conselheiros	Cumprimento da Lei, conforme a demanda		X			X		
7	Manter SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência	Serviço informatizado	X	X	X	X	X	X	X
8	Elaborar Plano de Ação Anual e relatórios mensais.	Planejamento do serviço – meta a ser atingida	X	X	X	X	X		
9	Manter parceria com a Rede socioassistenciais em campanhas na prevenção de violações de direitos.	Evitar a violação de direito, participando efetivamente das campanhas de trabalho	X	X	X	X	X	X	X



**CMAS E DEMAIS CONSELHOS**

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA	META	PERÍODO				FINANCIAMENTO		
			2022	2023	2024	2025	MUN	EST	FED
1	Realizar capacitação permanente dos conselheiros	Capacitação realizada e buscando novas capacitações	X	X	X	X	X		
2	Garantir recursos para a participação de conselheiros em atividades/capacitações/eventos fora do município	Recursos garantidos	X	X	X	X	X	X	
3	Garantir recursos para realizaras conferências relativas as políticas vinculadas a Assistência Social	Conferências realizadas, conforme a demanda	X	X	X	X	X		
4	Apoiar os conselhos na realização de atividades educativas visando à sensibilização e mobilização da sociedade acerca do Controle Social	Atividades realizadas	X	X	X	X	X	X	X
5	Garantir transporte na promoção de visitas às entidades	Sempre que solicitados	X	X	X	X	X		
6	Promover Fórum dos Conselhos	Realização de fóruns	X	X	X	X	X		
7	Criar banco de projetos assistenciais para subsidiar os recursos da Assistência Social	Projetos CRAS e Gestão	X	X	X	X	X		

## 18 - FINANCIAMENTO

O detalhamento físico-financeiro, espelha o orçamento aprovado em 2021, e serão atualizadas anualmente de acordo com o orçamento do município, tais recursos serão alocados no Fundo Municipal da Assistência Social em Blocos de proteção, contemplando os recursos próprios do município, e os cofinanciamento dos entes Estadual e Federal.

O objetivo do Fundo Municipal de Assistência Social é que os recursos federais e estaduais sejam geridos em nível municipal e de forma participativa.

A Prefeitura Municipal de Realeza tem PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, aprovada pela Câmara Municipal de Realeza, para o ano de 2022, de acordo com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária no valor de R\$ 1.316.940,00 (hum milhão trezentos e dezesseis mil e novecentos e quarenta reais). Sendo que o valor alocado ao Fundo Municipal de Assistência Social através de recursos Municipal, Estaduais e Federais é de 2.182.940,00 (dois milhões e cento e oitenta e dois mil novecentos e quarenta reais).(Fonte de informação:Secretaria de Finanças)

## 19 - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

### ➤ DETALHAMENTO DOS ELEMENTOS DE DESPESAS - 2020

ORÇAMENTO MUNICIPAL	VALORES
ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020	R\$ 1.822.000,00
DESPESAS DECORRENTES NO ANO	R\$ 1.331.430,41

### ➤ DETALHAMENTO DOS RECURSOS FEDERAIS PARA O ANO DE 2020.

PROTEÇÃO	SALDO (R\$)
PROTEÇÃO BÁSICA	372.804,11
GESTÃO SUAS	33.453,95
GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	54.191,66
PROTEÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	83.012,20
BPC BOLSA ESCOLA	1.373,57
APRIMORAMENTO DA GESTÃO	59,21



<b>TOTAL</b>	<b>544.894,70</b>
--------------	-------------------

➤ **DETALHAMENTO DOS ELEMENTOS DE DESPESAS - 2022**

ORÇAMENTO MUNICIPAL	VALORES
<b>ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022</b>	<b>R\$ 1.506.000,00</b>
<b>DESPESAS DECORRENTES ATÉ O MÊS DE JANEIRO</b>	<b>R\$ 0,00</b>

➤ **DETALHAMENTO DOS RECURSOS FEDERAIS PARA O ANO DE 2022**

PROTEÇÃO	SALDO (R\$)
<b>PROTEÇÃO BÁSICA</b>	<b>441.399,67</b>
<b>GESTÃO SUAS</b>	<b>26.708,79</b>
<b>GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO</b>	<b>77.092,77</b>
<b>PROTEÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE</b>	<b>70.814,79</b>
<b>BPC BOLSA ESCOLA</b>	<b>1.711,89</b>
<b>APRIMORAMENTO DA GESTÃO</b>	<b>60,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>617.788,77</b>

Município: REALEZA      Porte: PEQUENO I

Contas Vinculadas ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Saldo das Contas em 31/12/2021

CNPJ: 16.850.381/0001-38

PROTEÇÃO	TIPO DE CONTA	AGÊNCIA	CONTA	SALDO
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	BL GBF FNAS	25143	180289	R\$ 76.886,63
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	SIGTV_G32021	25143	211230	R\$ 0,00
Total da Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único				R\$ 76.886,63
Bloco da Gestão do SUAS	BL GSUAS FNAS	25143	180297	R\$ 28.418,17
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDACO	25143	201030	R\$ 51.758,84

<b>PROTEÇÃO</b>	<b>TIPO DE CONTA</b>	<b>AGÊNCIA</b>	<b>CONTA</b>	<b>SALDO</b>
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDALI	25143	201049	R\$ 26.491,25
Bloco da Gestão do SUAS	COVIDEPI	25143	201057	R\$ 17.507,35
Bloco da Gestão do SUAS	SIGTV_ESTR4	25143	201774	R\$ 126.730,25
<b>Total da Bloco da Gestão do SUAS</b>				<b>R\$ 250.905,86</b>
Bloco da Proteção Social Básica	BL PSB FNAS	25143	180319	R\$ 440.219,34
Bloco da Proteção Social Básica	SIGTV_BLP4	25143	190772	R\$ 4.550,66
<b>Total da Bloco da Proteção Social Básica</b>				<b>R\$ 444.770,00</b>
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	BL MAC FNAS	25143	189499	R\$ 70.625,44
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	SIGTV_BLMAC3	25143	194050	R\$ 1.096,16
Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	SIGTV_BLMAC4	25143	194069	R\$ 0,00
<b>Total da Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade</b>				<b>R\$ 71.721,60</b>
Grupo de Programas	APREDECNEAS	25143	180262	R\$ 60,69
Grupo de Programas	BPC ESCOLA	25143	180270	R\$ 1.408,11
<b>Total da Grupo de Programas</b>				<b>R\$ 1.468,80</b>
<b>TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DO FUNDO</b>				<b>R\$ 845.752,89</b>

Contas Antigas Vinculadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

Saldo das Contas em 31/12/2021

CNPJ: 76.205.673/0001-40

<b>NOME PERSONALIZADO NO BB</b>	<b>TIPO DE CONTA</b>	<b>AGÊNCIA</b>	<b>CONTA</b>	<b>SALDO</b>
PREALEZAFMASPJOV	PJOV	25143	133795	R\$ 0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NAS CONTAS DA PREFEITURA</b>				<b>R\$ 0,00</b>

<b>TOTAL DE RECURSOS DO MUNICÍPIO DE REALEZA - PR</b>	<b>R\$ 845.752,89</b>
---	-----------------------



Os recursos humanos que integram o SUAS no município são:

<b>Nome</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Função / Cargo</b>	<b>Vínculo</b>
Zaneti de Carli Marcante	Ensino Superior	Secretária Municipal	Comissionado
Cleonice Regina V Perico	Ensino Superior	Auxiliar Administrativo	Servidor Temporario
Ana Silvia Scandolara	Ensino Superior	Psicologa	Estatutário
Ines Maria Hammes	Ensino Superior	Pedagoga	Comissionado
Emerson Aparecido Sgarbossa	Ensino Superior	Psicólogo	Estatutário
Carmem Daiane Basso	Ensino Superior	Assistente Social	Estatutário
Antonio Adroaldo Frizzo	Ensino Médio	Motorista	Estatutario
Rosane dos Santos	Ensino Médio	Serviços Gerais/Centro Dia	Estatutário
Melania Rafaela Meneghetti	Ensino Superior	Educador/Cuidador	Estatutário
Delina Alves do Porto da Silva	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	Estatutário
Eloir Fátima Zimiani	Ensino Médio	Serviços Gerais/Centro Dia	Estatutário
Gelci Prestes de Oliveira	Ensino Médio	Serviços Gerais/Centro Dia	Estatutário
Taline de Campos	Ensino Superior	Assistente Social	Estatutário
Alan Rodrigo de Lima	Ensino Médio	Educador/Oficinas	Servidor Terceirizado
Milton Andreoli	Ensino Médio	Oficial Administrativo	Estatutario
Wilson David Carvajal	Ensino Superior	Educador/Oficinas	Servidor Terceirizado
Jose Reginaldo Garcia Junior	Ensino Superior	Educador/Oficinas	Servidor Terceirizado
Noeli de Vargas	Ensino Fundamental	Mãe Social/Casa Lar	Comissionado

## **20. COBERTURA DE REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS**

A Rede Prestadora de Serviços é a interligação de entidades governamentais e não governamentais prestadoras de serviços assistenciais que são oferecidos aos usuários da Política Pública de Assistência Social. Traduz a ideia de articulação, conexão, complementaridade e interdependência de serviços para atender às demandas da população.

As Entidades devem estar legalmente constituídas, em consonância com a área de atuação de Assistência Social e inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social. Em Realeza temos três Entidades Inscritas no CMAS:

- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REALEZA – APAE

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE REALEZA – APMI

- PROMOÇÕES HUMANAS CRISTO REI

Atuam ainda na rede as entidades governamentais:

- CRAS

- CENTRO DIA DO IDOSO

- CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE

- CASA LAR SÃO JOSÉ

## **21. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Um dos principais desafios que se impõe à gestão pública comprometida com resultados é o da produção de indicadores destinados às atividades de diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas e projetos.

Um sistema regular de informações contribui para o alcance de maior eficiência na alocação de recursos, de eficácia e qualidade dos serviços prestados à população produz bases sustentáveis para a tomada de decisões. Os indicadores são úteis para todos os atores sociais que precisam planejar algum tipo de programa ou projeto, para a execução de ações, para a análise de projetos ou para o gerenciamento da rotina de trabalho. Constituem-se, além disso, em subsídios para as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população.



A preocupação com a obtenção de indicadores para o acompanhamento de resultados deve estar presente desde a formulação dos objetivos pretendidos, durante a execução dos planos de ação e, ao final, para a avaliação. É necessário, no momento da formulação dos programas, prever a organização de procedimentos de coleta e tratamento de informações específicas e confiáveis em todas as fases do ciclo de sua implementação, que permitam a construção de indicadores de monitoramento desejados.

A Secretaria Municipal de Assistência Social elaborou seu Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Ações de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que tem como definição de procedimentos:

- Analisar a qualidade dos serviços, programas e projetos;
- Instituir a equipe de Monitoramento e Avaliação, composta pelo Órgão Gestor da Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social;
- Instituir mecanismos de avaliação permanente, envolvendo o tripé: trabalhadores da assistência social (gov. e não gov.), dirigentes (das Entidades e do órgão Gestor) e usuários desta política;
- Implantar instrumentais simples e eficazes de avaliação dos serviços, que permitam uma leitura entre o esperado e o alcançado e o posterior e contínuo redimensionamento de objetivos, metas e estratégias;
- Facilitar o fluxo de informações para um trabalho mais comprometido, de credibilidade e no constante aperfeiçoamento, no ideal e na busca de qualidade;
- Propiciar a expressão e participação de todos os agentes envolvidos na consecução das tarefas, visando um crescimento pelas idéias e trocas de experiências;
- Melhorar os indicadores de resultado nas ações empreendidas, visando sempre a capacitação dos trabalhadores, a cooperação e a integração dos usuários na construção de sua própria trajetória emancipatória e a tomada de decisões dos envolvidos com base em informações atualizadas que reflitam os anseios e aspirações de todos os envolvidos no processo;

Com a implantação do sistema de monitoramento integrado e a efetivação do Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação a Secretaria Municipal de

Assistência Social terá subsídios suficientes para o real planejamento de suas ações e avaliação de resultados.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Secretaria de Assistência Social trabalha com o objetivo de atingir, satisfatoriamente, todas as famílias que necessitam de apoio, orientações e acompanhamento para melhorar sua qualidade de vida. Além de fazer acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas pela Rede Socioassistencial Pública e Privada, observa os resultados da execução das ações e participação dos usuários, a evolução de cada família, acolhendo e dando suporte, a fim de proporcionar uma melhoria no seu bem-estar, minimizando os riscos e as vulnerabilidades desses usuários.

## **23. APROVAÇÃO DO CMAS**

Data da reunião: 28/01/2022

Conselheiros presentes: 14

Resolução Nº 002/2022

## **25- REFERÊNCIAS**

- Cadernos SUAS – Vol. 3 – Planos Municipais de Assistência Social: Diretrizes para elaboração
- Cartilha 1: SUAS – Orientações acerca dos conselhos e do controle social da política pública de assistência social
- <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento>
- Constituição Federal de 1988;
- Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993;
- Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS 2006
- Orientações Técnicas Centro de Referências de Assistência Social – CRAS



- Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004
- PPA – Plano Plurianual Municipal de Realeza-PR – Lei Orçamentária
- SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação- MDS